

BEIRA INTERIOR HISTÓRIA E PATRIMÓNIO

Os indígenas na epigrafia da Beira Interior

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

GUARDA 2000

OS INDÍGENAS NA EPIGRAFIA DA BEIRA INTERIOR

José d'Encarnação

Universidade de Coimbra

Resumo:

Ao aceitarem os modelos epigráficos romanos, os indígenas manifestaram pronta adesão admirativa a um esquema de perpetuação do seu nome e do seu modo de pensar. E se, no Sudoeste da Península, a epigrafia dos alvares da ocupação romana vem na continuação de hábitos culturais da Idade do Ferro, no território da actual Beira Interior não se detectaram, até ao momento, vestígios duma epigrafia pré-romana.

Não admira, portanto, que a tipologia e os formulários sejam os do colonizador e que se possa considerar a fácil aculturação como a primeira grande característica da epigrafia duma região onde, séculos mais tarde, também as casas dos emigrantes exerceram fascínio singular.

Como distinguir, então, esses indígenas e os seus descendentes? A onomástica, a menção da *origo*, alguns tiques das fórmulas e da decoração - são os caminhos dessa identificação. Há, porém, um traço ímpar nesta epigrafia lusitana: o seu acentuado carácter prático, concreto, como que a dar testemunho duma população que veio para trabalhar, para produzir riqueza e não para dela pomposamente usufruir. E mesmo um núcleo urbano como a *civitas Igaeditanorum* mantém, na sua epigrafia, essa conotação terra a terra.

Résumé:

151

Quand ils acceptent les modèles épigraphiques romains, les indigènes ont manifesté une facile adhésion admirative à un schéma d'éternisation de leur nom et de leur façon de penser. Et si, au Sud-ouest péninsulaire, l'épigraphie des débuts de l'occupation romaine est bien la continuation des habitudes culturelles de l'Âge du Fer, sur le territoire de l'actuelle *Beira Interior* on n'a trouvé, jusqu'à présent, aucun trace d'une épigraphie pré-romaine.

Alors, il va de soi que la typologie et les formulaires soient ceux du colonisateur et qu'on puisse considérer l'acculturation facile comme une des premières caractéristiques de l'épigraphie d'une région, où, des siècles plus tard, les maisons des émigrants ont exercé, elles aussi, une très particulière fascination.

Comment distinguer, alors, ces indigènes et leurs descendants? L'onomastique, la mention de l'*origo*, quelques tiques du formulaire et de la décoration - peuvent être les chemins de cette identification. Il y a, toutefois, un trait vraiment original de cette épigraphie lusitanienne: elle est pratique, concrète, comme si elle voulait être le miroir d'une population qui est venue rien que pour travailler, pour créer richesse et non pour tranquillement s'en servir. Inclusive un milieu urbain comme celui de la *civitas Igaeditanorum* maintient, dans son épigraphie, cette connotation austère.

Poderá, à primeira vista, parecer estranho que se fale de monumentos epigráficos numas jornadas de Património. Não o será, porém, se atentarmos no facto de esses monumentos constituírem um "legado", conceito que intrinsecamente se enquadra na definição de epígrafe como mensagem pensada e sintética destinada a informação pública e permanente - para os vindouros, portanto, como "património".

Na verdade, a inscrição gravada em material duradouro resulta duma vontade expressa do agente inicial e dá testemunho ímpar do modo de pensar, de modo de identificar, dos costumes. É como que um retrato singular dos povos.

Pela Arqueologia - estudo dos objectos e dos lugares - imaginamos como seria a vida, a relação comunitária; mas os homens e as mulheres que aí viviam, os homens e as mulheres que pensavam só as inscrições, para esse tempo, no-lo podem dar a conhecer.

E é essa ligação quase umbilical entre as gentes de antanho e o nosso viver de hoje que nos seduz: afinal, descobrimo-nos iguais, irmãos destes que, séculos atrás, por aqui também viveram, amaram, labutaram e tentaram ser felizes.

As inscrições entram, pois, de pleno direito, no coração do património.

E se os romanos nos poderão interessar numas jornadas como estas, é aos indígenas que mais atenção ainda se deverá dar, porque – teoricamente, ao menos – estão mais próximos do que hoje gostamos de chamar as nossas raízes.

Dá-se, aqui, porém, um fenómeno curioso: enquanto, por exemplo, no Sudoeste peninsular, a epigrafia dos alvares da ocupação romana vem na continuação de hábitos culturais da Idade do Ferro, não se detectaram, até ao momento, no território da actual Beira Interior, vestígios duma epigrafia pré-romana: os indígenas terão aceitado de imediato os modelos latinos, manifestando assim pronta adesão admirativa a esse esquema de perpetuação do seu nome, do seu modo de pensar.

Com efeito, a **tipologia dos monumentos** é a do colonizador: no que há de mais sagrado, o culto às suas próprias divindades (vide Fig. 1), às divindades romanas, inclusive ao deus maior, Júpiter Ótimo Máximo (vide Fig. 2); e também nos monumentos funerários, que serão habitualmente blocos com funções arquitectónicas ou onde podemos imaginar – quiçá! – a aposição de górgonas, hoje desaparecidas.

O mesmo se verifica nos **formulários**:

- Júpiter é identificado, na Covilhã, sob a designação de Supremo Sumo, epítetos retirados da linguagem quotidiana (ENCARNAÇÃO e GERALDES 1982) (vide Fig. 3). *V(otum) S(olvit) L(ibens) M(erito)*, uma fórmula a exigir alguma conceptualização, aparece mesmo no culto indígena (vide Fig. 4).

- É vulgar o uso, nos textos funerários, das siglas H. S. E. S. T. T. L. – *hic situs est, sit tibi terra levis* («aqui jaz», «que a terra te seja leve»). E em S. Eufémia (Pinhel), *Burrillus* identifica por meio de siglas – R. C. – o teónimo da sua devoção, eventualmente *Reva* seguido de epíteto (TOMÉ 1983). A hipótese de interpretar *Responsi Causa*, alvitada no AE 1983 475, afigura-se-me de muito difícil aceitação, considerando o inusitado dessa fórmula na epigrafia da Lusitânia. Mas, quer de uma forma quer doutra, tal circunstância denota igualmente uma elevada cultura religiosa (vide Fig. 5).

- Deparamo-nos amiúde com a expressão *ex testamento* (em abreviatura), o que denuncia precoce adopção de práticas jurídicas tipicamente romanas (vide Fig. 6).

- A frase *qui legis ave perlegisti vale*, patente num epitáfio da *civitas Igaeditanorum* (ILER 3835), demonstra, como já Vasco Mantas teve ensejo de assinalar, um «conhecimento perfeito dos modelos romanos» (MANTAS 1988: 437), uma aculturação plena.

Como distinguir, então, esses indígenas e os seus descendentes?

A **onomástica** será, sem dúvida, um dos primeiros caminhos para essa identificação.

Amiudadamente se tem sublinhado e é ponto assente já, houve, a princípio, a latinização dos nomes pré-romanos.

A estela funerária de Parada (Almeida) poderá ser disso eloquente exemplo (vide Fig. 7), porque, além de apresentar o antropónimo indígena *Talabus*, traz, no patronímico, um intrigante *Caenoni*, que pode ser lapso, em vez do mais vulgar *Caenonis*, ou que também é susceptível de interpretar-se como genitivo de *Caenonius*, nome que ocorre, por exemplo, em Velilla de Ebro (CIL II 3016). A primeira hipótese tem sido a mais aceite (TELES e TELES 1985), sobretudo se tivermos em conta que, em lugar de *situs*, foi grafado *stitus* na fórmula final: «*Caenonius* semble moins probable en raison de l'erreur *stitus* pour *situs*» (AE 1985 521). Tanto uma hipótese como outra são, porém, defensáveis e não vejo razão para se optar por uma ou por outra, na medida em que a epígrafe documenta, isso sim, uma incipiente aculturação, uma enorme dependência da escrita do que seria, então, a linguagem falada, deficientemente apreendida pela população. Daí que, em vez da normal utilização de siglas, a fórmula final venha por extenso e quiçá *stitus* corresponda com mais fidelidade ao que era voz corrente. Hesitaria, pois, em classificá-lo, sem mais, de «erro»; talvez não seja.

Depois, assistiu-se à adopção de onomástica latina com significado concreto, nem sempre grafada à boa maneira, porque se ouve e não se sabe como é. Daí que *Tranquillus* se escreva sem o *u* numa placa funerária

de Vale Formoso, Covilhã (PLÁCIDO 1983, AE 1983 473); e os teónimos tenham grafias diferentes: por exemplo, *Bandi Vorteaeece* na Covilhã (ENCARNAÇÃO 1975: 137-138) e *Bandu Vordeaece* mais junto ao Douro (ENCARNAÇÃO e LEMOS, 1992).

Uma placa de jazigo familiar - guardada no Museu de Castelo Branco – constitui elucidativo documento desta evolução onomástica (cf. GARCIA 1984: 97-98): o filho, já com os *tria nomina* (*C. Ammius Avitus*), homenageia o pai (cujo nome desconhecemos) e a mãe, *Camira*, filha de *Apano*, sendo estes dois antropónimos tipicamente lusitanos.

Uma outra placa (Fig. 8), igualmente de jazigo de família, achada em Santo Estêvão, Sabugal (ILER 4888) é, também, exemplo elucidativo: quem manda erigir o epitáfio é o pai, *Modestus, Celtiatis filius*. O genitivo *Celtiatis*, de que se não conhecem outros testemunhos, é, seguramente, uma forma da linguagem oral, derivada, como sugere, e muito bem, Fernando Patrício Curado de *Celtius* através de *Celtiatus*, como *Viriatis* derivará de *Virius* através da versão intermédia de *Viriatus* (CURADO 1987). A mulher de Modesto tem o nome, bem indígena, de *Boudica*, mas diz-se filha de *Flaccus*, antropónimo de origem latina. Em contrapartida, os filhos chamam-se, um, *Quintus*, muito provavelmente por ter sido o quinto a nascer (reza o epitáfio que morreu com vinte e cinco anos); e a irmã, *Placida*, decerto por ter sido «sossegada». Morreu aos treze anos. Ambos ostentam, portanto, nomes latinos. E a fórmula final – *liberis uxori sibi* – indicia uma aculturação notável.

E também a onomástica grega (porque não?) surge, aqui e além, a mostrar que se é culto e que a escravatura também rapidamente se instalou. Curiosamente, porém, é uma escravatura que nos parece que os não choca. E porquê? Porque família de escravo que se preza a si própria omite, no seu epitáfio, essa condição servil e aqui – como aliás também acontece no Nordeste alentejano (ENCARNAÇÃO 1987) – até parece que se faz gala na menção da palavra *libertus* – pois, decerto, o *patronus*, ainda que identificado à indígena, deteria significativo estatuto económico e social (ENCARNAÇÃO 1996a).

Estatuto económico e social que facilitou a elevação à cidadania por iniciativa de importantes famílias de colonos. Refira-se, a título de mero exemplo, o caso dos *Curii*, sobre que Luís Fernandes já teve ocasião de se debruçar (FERNANDES 1991) e de que a majestosa placa funerária dedicada a Gaio Cúrio Firmano (ILER 4600) se apresenta como sobejo indício de enorme ânsia de ostentação.

* * *

Não vem ao caso – aqui e agora – fazermos história demográfica, até porque esse tema tem sido abordado e vai sê-lo ainda mais no âmbito do Mestrado de Arqueologia da Universidade de Coimbra. Recordo que Ana Paula Ferreira já reexaminou a problemática dos *Tapori*, em trabalho ainda inédito, e que tanto ela como Fernanda Repas têm entre mãos, para desenvolver, temáticas em que, por isso mesmo, não quereria “intrrometer-me” (passe a vulgaridade do vocábulo).

Contudo, a menção da *origo* constitui elemento fundamental para mostrar que alguém – oriundo doutra área – tem orgulho (ele e, sobretudo, os seus familiares) em referir essa origem (ENCARNAÇÃO 1998: 101-109).

A Beira Interior detém – na época romana – alguma mobilidade de pessoas orgulhosas da sua naturalidade. E se, em S. Romão, Seia, *L. Pomp(eius?) Blastus* se diz *Caesaraugustanus*, da «longínqua» Saragoça (GUERRA 1989: 426); se, no aro da *Civitas Igaeditanorum*, proliferam os clunienses (BENTO e CURADO 1988); também há *Lancienses Oppidani*, de que *Albinus Tangini filius* (ILER 5355) pode ser exemplo.

Eco do rol de povos referidos na ponte de Alcântara – sobre cuja nomenclatura, correcta designação e localização muito haverá ainda por dizer (cf. GIMENO 1995; ALARCÃO 1998), não obstante o facto de os *termini Augustales*, desde que encontrados *in situ*, poderem vir a trazer sobre isso preciosa informação.

Povos que, mantendo a sua identidade, cedo quiseram manifestar o seu apego a Roma. Prova disso, a ara dedicada a Júpiter pela *civitas Cobelcorum*, recentemente descoberta por Helena Frade – que a irá publicar

no volume 58 do *Ficheiro Epigráfico* - ara cuja tipologia mostra como os rituais romanos depressa entraram no cotio das gentes...

* * *

Terminaria com o que considero um traço ímpar desta epigrafia indígena da Beira Interior: o seu acentuado carácter prático, concreto. Já tive ensejo de o salientar, ao comentar a *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz-Côa*, de António Sá Coixão (Vila Nova de Foz-Côa, 1996): os romanos que demandaram estas paragens ou, pelo menos, os povos que, sob os Romanos, aqui viveram deixaram-nos testemunhos que falam especialmente de uma população que veio para trabalhar, para produzir riqueza e não para pomposamente dela usufruir (ENCARNAÇÃO 1996b).

Mesmo uma epigrafia como a da *civitas Igaeditanorum* é despida, sólida, sem ademanes (a já referida placa de Gaio Cúrio Firmano constitui a excepção a confirmar a regra).

Mas é na epigrafia rupestre – na publicada e na que está por publicar (cf. COIXÃO e ENCARNAÇÃO 1997) - que esse sentido do concreto mais se manifesta:

- aqui, senhores, é o horto de Públio;
- esta via foram os Assaniacenses que a rasgaram (AE 1985 523);
- é por aqui o melhor sítio para atravessar o rio;
- por aqui passou, um dia, Antiro, os ladrões não o assaltaram e, de acordo com o oráculo, agradeceu a Hércules a mercê.

Povos do negócio, portanto, e não do ócio – no granito eterno quiseram, então, rasgar suas epígrafes, a mostrar o que fora – como hoje é – difícil labuta diária, na agricultura e na exploração mineira. Presos à terra, agarrados à tradição.

Bibliografia:

- AE = *L'Année Épigraphique*. Paris.
- ALARCÃO, J. de (1998), On the *civitates* mentioned in the inscription on the bridge at Alcântara, *Journal of Iberian Archaeology*. Porto, vol. 0, p. 143-157.
- BENTO, M. P.; CURADO, F. P. (1988), Placa funerária de Meimoa (Penamacor). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra, 28, nº 126.
- COIXÃO, A. N. S.; ENCARNAÇÃO, J. d' (1997), *Foz-Côa Romana – Notas Epigráficas*. Vila Nova de Foz-Côa.
- CURADO, F. P. (1987), Lápide funerária de Santo Estêvão (Sabugal). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra, 22, nº 101.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1975), *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1987), A população romana do Nordeste alentejano. In *las Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano.85 – Actas*. Castelo de Vide, p. 167-170.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1996a), Libertos no termo da Egitânia romana. *Materiais*. Castelo Branco. II série, nº 0 (Agosto 1996), vol. 2, p. 13-19.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1996b), Os Romanos do negócio. *O Fozcoense*. Vila Nova de Foz-Côa, 15 de Junho.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1998), *Estudos sobre Epigrafia*. Coimbra: Livraria Minerva.
- ENCARNAÇÃO, J. d'; GERALDES, F. (1982), Júpiter Supremo Sumo – uma inscrição inédita de Orjais (Covilhã), *Conimbriga*. Coimbra. 21, p. 135-142.
- ENCARNAÇÃO, J. d'; LEMOS, F. S. (1992), Ara votiva a Bandu Vordeaeo. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 40, nº 179.
- FERNANDES, L. S. (1991), Os *Curii* da *Civitas Igaeditanorum* – estudo de um gentílico romano no contexto peninsular. Comunicação (ainda inédita) apresentada às I Jornadas Arqueológicas da Beira Interior. Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Guarda. 27-30 de Maio de 1991.
- GARCIA, J. M. (1984), *Epigrafia Lusitano-Romana do Museu Tavares Proença Júnior*. Castelo Branco: Museu Tavares Proença Júnior.
- GIMENO PASCUAL, H. (1995), La inscripción del dintel del templo de Alcántara (CIL, II, 761): una perspectiva diferente. *Epigraphica*. Bolonha, 57, p. 87-145.
- GUERRA, A. (1989), Uma importante epígrafe proveniente do Cabeço do Crasto (S. Romão, Seia). In *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*. Viseu: Governo Civil, p. 425-430.
- ILER = VIVES, J. (1971), *Inscripciones Latinas de la España Romana*. Barcelona.
- MANTAS, V. (1988), *Orarium donavit Igaeditanis*: epigrafia e funções urbanas numa capital regional lusitana. In *Actas Ier Congreso Peninsular de Historia Antigua*. Santiago de Compostela, vol. II, 1988, p. 415-439.
- PLÁCIDO, L. (1983), Placa funerária de Vale Formoso. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 6. nº 23.
- TELES, C. A.; TELES, J. A. (1985), Inscrição funerária de Parada (Almeida). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 14, nº 61.
- TOMÉ, M. L. L. (1983), Uma inscrição votiva de Santa Eufémia (Pinhel). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 5, nº 17.
- VASCONCELLOS, J. L. de (1934), Antiquidades do concelho da Covilhã. *Biblos*. Lisboa. 10, p. 24-31.

Autores das fotos:

- Guilherme Cardoso: nº 1, 2 e 4.
 Francisco Geraldês: nº 3.
 Luciana Tomé: nº 5.
 Fernando P. Curado: nº 6.
 C. A. Teles e J. A. Teles: nº 7.
 Luís Plácido: nº 8.



1



2



3



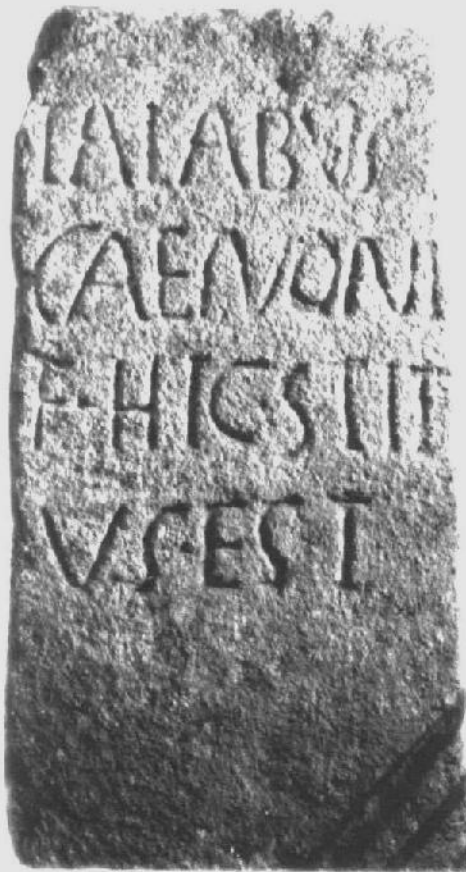
4



5



6



7



8